

ATA DA 026ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Faz observações com relação à energia no planalto norte.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se a respeito da Defensoria Pública.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se ao sistema cooperativista; registra recursos disponibilizados para o estado.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Comenta a PEC 37, chamada PEC da Impunidade; reporta-se à fragilidade da fronteira de Dionísio Cerqueira.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Responde ao artigo publicado, no dia de hoje, no jornal *Notícias do Dia*, tendo como autor o colunista Paulo Alceu, cujo título é Clima Ruim.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Reporta-se à saúde pública em Santa Catarina.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Reporta-se ao traçado para a Ferrovia do Frango.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Manifesta-se a respeito da regulamentação da Lei n. 12.796/2013, que alterou a Lei n. 9.394/1996.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Discorre a respeito dos problemas por que passa a saúde.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Reporta-se a respeito da Defensoria Pública no estado de Santa Catarina.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Aborda a questão da PEC 37.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se sobre a pessoa com deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero registrar a presença dos alunos da Escola Municipal São Roque, do município de Timbó, juntamente com a coordenadora da escola, sra. Sílvia, e as professoras Carla e Geni. Os alunos do 5º ano vieram visitar a capital do estado de Santa Catarina e também a Assembleia

Legislativa. Desejamos boas-vindas aos alunos e às professoras que são lá do médio vale do Itajaí, do município de Timbó.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Em nome desta Casa sejam todos bem-vindos, alunos e professores do município de Timbó.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. deputado Romildo Titon, presidente em exercício neste momento, sras. deputadas, srs. deputados, todos que se fazem presentes neste plenário, especialmente do meu município de Canoinhas.

Estão aqui os vereadores Paulo Gliniski, líder do governo do município de Canoinhas, Neno Pangratz, que também faz parte do governo daquele município. Também está presente Neuzo dos Santos, vereador eleito a pedaladas, eleito numa bicicleta, que tem o nome popular de Genérico. Bem-vindos a este Parlamento e que se registre nos Anais desta Casa a sua presença neste momento.

Gostaria de me reportar hoje, comunidade catarinense, à energia do estado de Santa Catarina, mais precisamente à energia do planalto norte. Temos recebido muitos pedidos da comunidade pela melhora do setor de energia na nossa região.

Para isso convocamos uma importante audiência pública, para sexta-feira, às 9h30, na Câmara de Vereadores de Canoinhas, para a qual estão convidados todos os deputados, deputado Darci de Matos, deputado Silvio Dreveck, para fazermos uma discussão sobre a energia no planalto norte, uma vez que as reclamações são constantes. Temos problemas, sim, no trabalho que está sendo realizado na importante obra Canoinhas-Padanduva. São 30 quilômetros de rede elétrica, e tivemos uma paralisação devido ao Iphan.

O Instituto Iphan parece que achou umas pedras diferentes no traçado da rede de energia elétrica e paralisou as obras. Tenho certeza de que esse instituto irá liberar essa importante obra no valor de R\$ 30 milhões, sendo uma obra em que a energia elétrica que sairá da subestação de

Canoinhas irá para Papanduvras, atendendo também ao município de Itaiópolis e região.

Quero agradecer ao presidente da Celesc, sr. Cleverson Siewert, que estará presente na audiência pública, juntamente com sua equipe, mostrando à população a importância da energia elétrica e como se está comportando essa importante estatal em relação aos problemas do município de Canoinhas.

Nessa audiência pública esperamos contar com a presença dos prefeitos e vereadores da região, presidentes de entidades, para discutirmos esse importante segmento que é a energia para o crescimento e desenvolvimento do planalto norte.

Quero também, como já o fiz ontem, reportar-me à Ferrovia do Frango, para a qual está sendo elaborado o projeto. E queremos o traçado pelo planalto norte, porque é mais barato para a união. Esse traçado já está pronto, vai de Chapecó a Herval do Oeste, Joaçaba, presidente Romildo Titon, Caçador, Porto União, Mafra, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Corupá, Jaraguá do Sul, Joinville e porto de São Francisco do Sul.

Conclamo todos os deputados dessa importante região de Joinville para que façam seus pronunciamentos solicitando ao governo federal esse traçado que é o mais viável economicamente, pois já temos o leito da ferrovia.

Há 50 anos não se faz nenhum investimento em ferrovia em Santa Catarina, repito, há 50 anos. Temos que acordar, ver e dizer que o melhor transporte é, sim, o ferroviário.

Hoje, ainda, na importante comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Maurício Eskudlark, discutimos o roubo de cargas. Ora, temos que mudar! O nosso viés rodoviário está congestionado. O nosso viés rodoviário já está sem condições de trafegar. Temos que criar opções como navegação e ferrovia.

Em relação à ferrovia do planalto norte, quero dar conhecimento a todos os catarinenses que os 40 deputados aprovaram uma moção, elaborada por este deputado, para que a primeira rodovia seja feita no traçado que já existe, e queremos a segunda

ferrovia passando por Rio do Sul direto a Itajaí. Mas a Ferrovia do Frango torna-se mais barata, se fizermos somente 70 quilômetros, de São Francisco do Sul a Itajaí. Deputado Darci de Matos, nesse importante traçado são somente 70 quilômetros.

Então, queremos beneficiar o Porto de São Francisco, queremos beneficiar a cidade de Joinville, Araquari, enfim, a região que mais cresce no Brasil, que é a região de Araquari, Joinville e também o planalto norte.

Sendo o traçado feito pelo planalto, resgata a história do Contestado, resgata a dignidade do planalto norte. Todos os municípios onde passa a estrada de ferro serão contemplados, serão beneficiados. Teremos novamente o trem funcionando em nossa região, resgatando a história do Contestado que é a mais importante do que a Guerra dos Canudos, como aqui já foi falado, por quê? Porque na Guerra dos Canudos tínhamos Euclides da Cunha que relatou para o Brasil e para o mundo no seu livro *Os Sertões*, criando a maior revolução do Brasil, mas não foi. A maior revolução do Brasil foi a Guerra do Contestado. Em relação a essa guerra, hoje, já temos escritores valorosos que fazem com que a Guerra do Contestado seja difundida e conhecida pelos nossos habitantes.

Além disso, como deputado autor da lei da bandeira do Contestado, quero dizer que a Guerra do Contestado foi até questão no último vestibular. Isso nos enche de orgulho. Também a região do Contestado também será beneficiada.

Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, estamos recebendo aqui na Casa a visita de mais de 80 coordenadoras e coordenadores de grupos da terceira e da melhor idade de Joinville que tem mais de 100 grupo. Temos uma associação chamada Ujet, que é a associação que

congrega esse grupo da melhor idade, cuja presidente é a Tereza. Eles fazem um trabalho bacana de integração, de promoção social, de solidariedade, na nossa cidade. Hoje eles estão visitando a Assembléia Legislativa e a capital do nosso estado. Também em Joinville temos duas associações de clubes de mães, que hoje não estão presentes aqui, mas certamente virão também visitar o parlamento catarinense. Sejam bem-vindas, espero que vocês possam voltar sempre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Da mesma forma, deputado Darci de Matos, esta Presidência se congratula com todos de Joinville que estão presentes, conforme falou V.Exa., mas eu prefiro ficar como se fossem todos da melhor idade, porque depois dos 50 é a melhor idade.

A Sr. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Acho que toda idade é maravilhosa em todas as fases.

Sr. presidente, também queria aqui registrar a presença do vice-prefeito, do partido dos Trabalhadores, da cidade de Schroeder, Moacir Zamboni, do vereador do Partido dos Trabalhadores de Jaraguá do Sul, João Fiamoncini, dos assessores Gilson, João Gotard e Adriana Cunha, que se fazem presentes neste Parlamento.

Também quero registrar a presença nesta Casa do vice-prefeito Valdoci Saul, dos vereadores Esmael, Saul e do secretário de Obras, Silvio, do município de Romelândia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Sejam todas bem-vindas as pessoas citadas pela deputada Ana Paula Lima.

Inscrito o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quem nos acompanha pela Rádio Alesc Digital, TVAL e nossos visitantes desta quarta-feira, quero retomar um tema que evidentemente não pode ficar

parado ou esquecido, como parece que está, por parte das autoridades do Poder Executivo estadual.

Refiro-me ao salário dos servidores da Segurança Pública, que tem diversas instituições, a maior delas a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros Militar, o sistema prisional e o Instituto Geral de Perícias, uma soma de mais de 20 mil servidores públicos que estão neste momento sendo a categoria que, há mais tempo, não recebe atenção do governo do estado com relação à questão salarial.

Fazendo uma pequena retrospectiva histórica dessa questão, poderíamos buscar o ano de 2003, que se gastou inteiro discutindo uma lei salarial que deveria superar as distorções, as injustiças salariais, as discriminações salariais existentes entre os servidores da Segurança Pública. Existentes nas décadas anteriores, que vieram no começo da década de 90, prolongaram-se por toda aquela década e entraram no século XXI trazendo uma série de episódios, de medidas administrativas legais, por que não dizer, ideológicas, por parte dos sucessivos governos, discriminando segmentos da segurança pública, especialmente ou diretamente aqueles que já tinham o menor salário, os setores de base da Segurança Pública, que levaram a diversas situações de conflito no interior das instituições.

Passamos o ano de 2003 inteiro discutindo uma lei que pudesse fazer essa justiça, digamos, para sempre ou por um largo período de tempo. Em 2004, essa lei discutida por um ano inteiro entrou em vigor como Lei Complementar n. 254. Todos os deputados que estavam aqui na legislatura anterior ouviram isso algumas vezes nesta Assembleia Legislativa e sabem que falamos durante quatro anos da necessidade de o governo cumprir o que estava escrito na Lei Complementar n. 254, que foi aprovada em novembro de 2003.

A lei não foi cumprida. Veio o movimento dos praças, pela angústia, no final de 2008. Uma angústia pelo não cumprimento de uma lei que o beneficiava, mas aquilo que beneficiava a maioria, que era a base, não foi cumprido na referida lei.

Outros aspectos que beneficiavam setores mais de cúpula já logo de início foram cumpridos. Isso criou uma situação de revolta, de angústia, e teve o movimento de 2008, de paralisação das atividades na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros, em diversas regiões do estado de Santa Catarina e nesta capital também.

O ano de 2009 foi o ano do castigo, em todos os sentidos, inclusive no enterro da Lei Complementar n. 254, para fazer justiça salarial para sempre dentro da Segurança Pública. No inferno de 2009, o governador da época, ainda Luiz Henrique da Silveira, mandou para cá um projeto de lei complementar que anulava as principais balizas da Lei Complementar n. 254, que era a proporcionalidade entre o maior e o menor salário. Foi aprovado nesta Assembleia, no inverno de 2009, um projeto de lei complementar que terminou sendo curiosamente o PLC n. 0454, ou seja, um número para confundir. E o conteúdo dele distorce, contraria, estabelece em letras e em números o enterro da lei que deveria fazer justiça salarial.

Desde então, além de nos defender do castigo atroz, a Lei n. 0454 precisava ser revista. E a aprovação dessa outra lei foi uma parte do castigo, uma aprovação sem o apoio da bancada de Oposição, que se retirou quando aprovado esse PLC, no inverno de 2009. Era o que dizíamos em 2010 e 2011, e corrigir tais distorções começava por incorporar a série de abonos que tínhamos.

Pois no final de 2011, já com um novo governador e uma nova legislatura neste Parlamento, o governo de Raimundo Colombo começou a fazer essa justiça: a data base que foi criada naquele final de ano para valer a partir de 2012 do ano passado; a incorporação dos abonos; a anistia que já tinha vindo também para anular os castigos dos anos anteriores.

No entanto, a incorporação dos abonos, que era a primeira medida, tem mais de dois anos de prazo, tanto que já passamos um ano e cinco meses desde a aprovação dessas leis aqui e ainda falta um ano para o governo terminar de pagar os abonos. Evidentemente, um tempo muito longo.

A esperança do conjunto dos servidores públicos de todos os segmentos de uma manutenção do poder aquisitivo dos salários era a data base; nos meses de janeiro dever-se-ia repor as perdas relativas à inflação do ano anterior. E neste mês de janeiro e fevereiro o governo em outras palavras decretou a extinção de uma lei que ele próprio tinha criado um ano antes. E anulou a data base. Os servidores públicos estaduais não tiveram reposição das perdas inflacionárias relativas a 2012.

E lá na iniciativa privada os patrões são obrigados a anualmente repor as perdas inflacionárias, são obrigados por decisão judicial, por lei é obrigado a negociar com o trabalhador, fazer um acordo, se não fizer por bem, a Justiça determina. E o governo do estado não fez a reposição de 2012 para nenhum servidor público do estado.

Como disse, outras categorias, saúde e magistério, educação, tiveram leis salariais aprovadas, aqui, recentemente. Não que era tudo que queriam, especialmente no Magistério tem muito descontentamento com a lei salarial que foi instituída, porque achatou a carreira. Na saúde também se buscava mais, mas como resultado da greve do final do ano passado aprovamos aqui, recentemente, a lei salarial dos servidores da saúde. Estão de parabéns, merecem isso e muito mais.

Quero registrar que na segurança pública até agora só se ouve o vento. Rumores voam com o vento nos corredores das casas de comando, das instituições da segurança pública, dos corredores de palácio, nos chamados bizzus, comentários que aparecem por aí, que fulano disse, que beltrano falou, que vão fazer isso, antecipar o pagamento do abono. Agora vai vir subsídio, todo mundo vai ganhar bem. É só todo mundo ficar calmo. É o que rola pelo vento. Mas nenhuma palavra, oficialmente, pelas autoridades com competência para isso.

É preciso melhorar o salário dos servidores da segurança pública. Como falava aqui, há semanas

atrás, mais de mil novos policiais militares de Santa Catarina inscreveram-se no concurso para Polícia Militar no Paraná, porque lá pagam um salário melhor, agora. E mais de 100 passaram e, por certo, irão para o Paraná.

Em Santa Catarina falta policiamento, faltam policiais, o salário está menor. E continuamos orgulhando que somos o estado mais parecido com a Europa, que existe no Brasil, embora a Europa esteja ficando feia.

Então, precisamos debater isso.

A Associação dos Praças, da qual eu não sou mais presidente, o nosso mandato está à disposição do secretário da Segurança, dos comandantes, do secretário da Fazenda, para debater sobre isso. O governo precisa tomar medidas concretas e corretas, tomar cuidado para não errar, porque isso cria mais conflito. É o que vamos debater por aqui, nas próximas semanas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, todos que nos acompanham, em especial o grupo de terceira idade, lideranças de Joinville que nos estão visitando.

Quero, hoje, tratar de alguns assuntos que com certeza refletem muito em nosso estado e em especial na nossa agricultura familiar.

Estamos acompanhando nesses últimos anos um grande apelo dos agricultores catarinenses, numa resolução do Tribunal de Justiça, da corregedoria, que diz respeito ao registro de averbação de reserva legal para transferência de escritura de propriedade.

Nós temos em nível de Brasil, srs. deputados, o novo Código Florestal e a legislação ambiental brasileira, que nunca exigia a averbação da reserva legal, ainda mais da agricultura familiar, somente em alguns casos em que as empresas cobravam dos agricultores para continuar alojando animais nas propriedades.

Então, estivemos ontem com a desembargadora e corregedora Salete Sommariva, do Tribunal de Justiça do Estado, e também com o corregedor Alexandre, quando tratamos desse assunto e tivemos aí a boa notícia de que há um termo de acordo entre a Fatma - Fundação Estadual do Meio Ambiente -, o Ministério Público e a Corregedoria de Justiça de Santa Catarina, o qual será finalizado nas próximas duas semanas. A partir daí teremos a possibilidade de não termos essa cobrança existente da averbação legal, que para os agricultores é um custo altíssimo, porque muitas vezes a propriedade está em condomínio, e para fazer a averbação de reserva legal para um condomínio de agricultores é um custo muito alto, a burocracia é imensa e muitos agricultores não estão fazendo a sua transferência de escritura ou estão parados, pois não se está dando conta.

Portanto, temos a informação de que nas próximas duas semanas esse acordo terminaria e a Corregedoria de Justiça repassaria aos cartórios uma orientação de que não exigiria mais a averbação da reserva legal. Esse é um passo, na nossa avaliação, importante.

Então, seria importante, deputada Ana Paula Lima, a Fatma logo adotar o Car - Cadastro Ambiental Rural, pois isso resolveria o problema e não traria mais custo para os nossos agricultores.

A expectativa que temos é que a Fatma, o nosso presidente, encaminhe rapidamente agora o Cadastro Ambiental Rural - Car, para justamente ter a garantia de que o meio ambiente será valorizado e cuidado, mas que não precise mais fazer toda essa documentação que se precisou até agora. Portanto, com certeza, essa é uma informação importante para os nossos agricultores de Santa Catarina.

A segunda questão, sr. presidente, é sobre um trabalho que estamos fazendo nesses últimos dias dentro desta Casa, com outros deputados, bem como com a deputada Ana Paula Lima que participa da CCJ, de buscar uma alternativa das nossas cooperativas na lei estadual do cooperativismo, que está tramitando nesta Casa. Nós não concordamos de que a lei feche os caminhos para o

nosso cooperativismo, principalmente solidário, no estado de Santa Catarina, por uma alegação de que tem uma lei oficial, que não vimos onde ela está de fato. E o art. 5º da Constituição, nos incisos XVII e XVIII, fala da livre adesão à organização cooperativa, que o estado não pode intervir, não pode regular o cooperativismo. Ele tem que se autorregular, tem que ter sua organização.

Por isso, entendemos que esta Casa não pode aprovar uma lei que favoreça uma parte somente do cooperativismo. Reconhecemos e queremos deixar isso muito bem claro, e eu também como cooperativista, de que o cooperativismo em Santa Catarina cumpre um papel extraordinário, todo ele. Agora, por isso, esta Casa não pode aprovar uma lei que afunila processos para um grupo e não respeita o grande grupo cooperativista que existe registrado na Junta Comercial de Santa Catarina.

Então, queremos que todas as cooperativas que estão registradas na Junta Comercial, legalmente constituídas, possam fazer parte da política pública deste estado para o cooperativismo catarinense. É isso que defendemos. Defendemos, sim, a Constituição Federal e defendemos, principalmente, as cooperativas da agricultura familiar, que também estão organizadas em Santa Catarina, sendo que na União das Cooperativas da Agricultura Familiar no nosso estado, filiadas à Unicaf, são 108 cooperativas que têm mais de 100 mil associados.

Por isso, entendemos que esta Casa não pode aprovar uma lei excluindo esse grande grupo de cooperativistas da lei da cooperativa e da lei do fundo. E estamos trabalhando para que uma lei aprovada por esta Casa de fato respeite essa diversidade.

Por último, quero aqui registrar a satisfação de Santa Catarina ter mais uma grande luta conquistada.

No ano passado fizemos uma articulação muito grande, deputado Padre Pedro Baldissera, junto com os prefeitos, as associações dos municípios, e criamos o Fórum de Defesa do Oeste Catarinense, por intermédio da estiagem, naquela região, no ano

passado. Conseguimos vários benefícios. Conquistamos R\$ 30 milhões. Dez milhões para a emergência, que já foram liberados, R\$ 10 milhões para a compra de máquinas e R\$ 10 milhões para poços artesianos, destinados pela secretaria da Agricultura do nosso estado. Estão ainda para serem liberados os poços artesianos, que são R\$ 10 milhões. E nos próximos dias, mais precisamente na sexta-feira à tarde, em Chapecó, teremos a liberação do primeiro grupo de tratores que serão entregue aos municípios atingidos pela estiagem.

Então, vamos ter aí a primeira leva de 60 tratores, e são em torno de 117, que serão liberados para os municípios, com a presença da nossa ministra Ideli Salvatti. Mas deixo claro que R\$ 10 milhões são repassados pelo ministério da Agricultura para Santa Catarina através da secretaria da Agricultura. Queremos que isso fique muito claro, deputada Luciane Carminatti.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Estivemos em Brasília, deputado Dirceu Dresch, com vários prefeitos e parlamentares do Partido dos Trabalhadores. E agora o secretário da Agricultura fará a entrega dos tratores. Mas é importante dizer que só vai fazer a entrega dos tratores porque houve uma ação dos prefeitos, sobretudo da região oeste de Santa Catarina, e o acompanhamento da bancada de deputados estaduais do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti. É exatamente isso. Esse reforço é importante. A sensibilidade do governo federal em atender a essa reivindicação do ministério da Agricultura e colocar esses R\$ 10 milhões à disposição, o que vai ajudar muito os nossos municípios, principalmente os menores.

Ainda há pouco recebi o prefeito de Tigrinhos, que falava da importância dessa máquina para o município, desse trator de 85 CV, com, imagino,

espalhador de adubo orgânico de seis mil litros, para 100 municípios.

Então, a bancada cumpre a função especial junto aos prefeitos, junto aos movimentos. A Fetraf Sul teve uma ação destacada, assim como outras organizações. A ministra Ideli Salvatti também teve uma intervenção importante nessa conquista para os nossos municípios de Santa Catarina. São 60 tratores, os quais serão entregues na sexta-feira. E a informação que temos é para chegar aos 117.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, só quero registrar a presença do nosso vereador de Chapecó, Narci Marquezine, líder da bancada, e também do vereador Kleiton Frossa.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Estão registrada as presenças. Sejam bem-vindas as pessoas nominadas pela deputada Luciane Carminatti.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Cumprimento o sr. presidente, a sra. deputada Ana Paula Lima, os srs. deputados e quem nos acompanha nesta sessão.

Em primeiro lugar quero fazer referência à PEC n. 37 que está sendo muito discutida pelo Brasil afora. Inclusive temos na pauta do dia de hoje um pedido de aprovação de uma moção de nossa autoria, referendando a importância que tem a PEC n. 37, chamada PEC da Impunidade, para que possamos garantir que o Ministério Público estadual e federal possa ter poder de investigação sobre os diferentes crimes que estão hoje sendo investigados pelo Ministério Público.

Esta PEC n.37 que tramita no Congresso Nacional, conhecida como a PEC da Impunidade, retira o poder de investigação do Ministério Público estadual e federal, garantindo apenas a exclusividade da investigação aos policiais federais e civis em investigações criminais.

Quero fazer um registro da importância da nossa moção, no sentido de que tanto a Constituição Federal como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso e demais leis infraconstitucionais já garantem que tenhamos o poder de investigação do Ministério Público. E o debate que precisamos fazer é no sentido de fortalecer as instituições, sobretudo fortalecer a autonomia do Ministério Público.

Eu sou da tese que o Ministério Público não pode ter uma relação muito próxima com os demais Poderes. Por quê? Porque o Ministério Público tem que estar por cima, investigando tudo e todos, quando houver suspeita de crime. Nesse sentido, queremos não só referendar o poder de investigação do Ministério Público, como também o poder de autonomia que esse órgão precisa ter.

Eu quero pedir o apoio de todos os deputados à moção que trata da PEC n. 37 sobre a impunidade.

Também quero me referir a um tema que está sendo tratado, nesses últimos dias, no município de Dionísio Cerqueira, extremo oeste catarinense, que está preocupando muito a população da fronteira. Inclusive fizeram contato para que pudéssemos intervir.

(Passa a ler.)

"Em primeiro lugar é preciso ter conhecimento que na região da fronteira, no extremo oeste, temos três cidades que praticamente estão emendadas que são: Dionísio Cerqueira em Santa Catarina, Barracão, no Paraná, e Bernardo de Irigoyen, na Argentina. São quase 40 mil pessoas que convivem entre esses dois países, dois estados, uma província e três municípios.

No último domingo, foi ao ar um programa, uma reportagem, sobre a fragilidade da fronteira, abordando o tráfico de armas, contrabando e também a falta de segurança na região.

Nós concordamos que é preciso garantir e investir muito mais na região da fronteira”.

Eu já fiz uma manifestação nesta tribuna há poucos dias, falando do Emafron, que é basicamente o Programa Nacional de Estratégia de Fronteira, que está alocando para Santa Catarina em torno de R\$ 33 milhões que serão investidos, em três etapas, no fortalecimento da segurança de fronteira.

(Continua lendo.)

“Mas não podemos esquecer, e é um pedido da população dessa região do extremo oeste, que temos muitas coisas boas acontecendo nessa região, nos últimos anos, que às vezes passa despercebido. E quem conhece o município de Dionísio Cerqueira hoje, o deputado Padre Pedro Baldissera é um grande conhecedor dessa região, sabe a diferença que existe de Dionísio Cerqueira de hoje com Dionísio Cerqueira de 15 anos, 20 anos. E por que digo isso? Porque nesse município temos várias ações sendo realizadas, com a parceria das três esferas de governo, que ultrapassam, nesses últimos anos, R\$ 100 milhões de investimentos. São mais de 500 casas no meio rural; são R\$ 830 mil para transporte escolar; são 900 carteiras escolares, mesas, cadeiras; são professores sendo contratados, enfim, também temos melhoria na qualidade da educação, passando de 3,7% o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica para 5,7%. Temos também obras no hospital municipal, em torno de R\$ 2,3 milhões. E depois de pronto esse hospital também vai atender regionalmente. É uma infraestrutura urbana sendo modernizada, com revitalização de várias ruas, drenagem pluvial, recapeamento asfáltico, ensino superior chegando com o Instituto Federal, com a Unila, Universidade de Integração Latino-Americana. E na área da Segurança Pública, recentemente, a prefeitura assinou um convênio com o Ministério da Justiça para a implantação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o Pronasci”.

O programa tem a finalidade de articular ações de segurança pública para prevenção, controle e repressão à criminalidade”.

Além dessas ações, também a instalação do gabinete de gestão, que é um programa federal que articula todas essas políticas de segurança pública.

(Continua lendo.)

"A boa relação dos municípios de fronteira é tão próxima que eles resolveram criar o consórcio intermunicipal da fronteira (Barracão-PR, Bernardo de Irigoyen/Argentina, Dionísio Cerqueira/SC e Bom Jesus do Oeste/PR).

Os municípios brasileiros criaram até uma patrulha mecanizada conjunta e a criação ainda não inaugurada do Parque Turístico Ambiental que deve ser concluído neste ano com investimentos de R\$ 13 milhões.

No próximo dia 18 de maio acontecerá a 1ª Ação Global Internacional, programa realizado pelo Sesi e pela Rede Globo.

A edição em Dionísio Cerqueira será a primeira com característica internacional, já que contará com a participação das cidades gêmeas de Barracão/PR e Bernardo Irigoyen/Argentina, e levará à população serviços gratuitos, além de atividades sociais, culturais e de lazer."

Quero dizer com isso que é papel da imprensa noticiar, divulgar as fragilidades que existem nos diferentes municípios, mas também é papel da imprensa demonstrar os investimentos que estão acontecendo e o grande esforço das prefeituras. E aqui faço justiça ao prefeito de Dionísio Cerqueira, Altair Rittis, pelo Partido dos Trabalhadores, que tem o maior número de mandatos. Deputada Ana Paula Lima, é o quarto mandato do referido prefeito. É um prefeito que tem uma preocupação com todas as áreas, mas a região de fronteira é uma das suas grandes preocupações.

Então, queremos fazer essa menção para também valorizar as ações que estão sendo executadas em parceria com o governo do estado no Parque Turístico Ambiental, e, sobretudo, os mais de R\$ 70 milhões investidos com o governo federal, da presidenta Dilma Rousseff.

Assim sendo, quero destacar aqui, sr. presidente e srs. deputados, esse olhar também de valorizar as coisas boas que estão sendo feitas.

Por último, quero dizer que estive em Curitiba, juntamente com o deputado federal Pedro Uczai, que coordena a Frente Parlamentar das Ferrovias, e fiquei muito feliz com a grande participação daquela região, na semana passada, ocasião em que discutimos o traçado das ferrovias passando por Curitiba.

Temos hoje no Brasil a falta de 50 mil motoristas e é importante dizer que 58% da soja em Santa Catarina são transportadas por caminhões.

Então, precisamos fortalecer as ferrovias, e a ferrovia que vai ligar o extremo oeste catarinense com o litoral é uma das grandes oportunidades de desenvolvimento para o estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, do sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, gostaria de fazer o registro da visita nesta Casa dos vereadores Fedele Stolf e Lúcia Fiamoncini, do município de Rodeio, que estão conosco aqui buscando ações para o desenvolvimento daquele município.

Então, gostaria de deixar registrado nos anais desta Casa a visita dos nobres vereadores a esta Casa.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Sejam todos bem-vindos a esta Casa, nobres edis de Rodeio.

Com a palavra o deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero tratar de uma matéria que foi publicada, no dia de hoje, no jornal *Notícias do Dia*, tendo como autor o colunista Paulo Alceu, cujo título é *Clima Ruim*.

Alega o ilustre jornalista que alguns parlamentares revelaram indignação quando souberam que no Orçamento de 2013 este deputado fez algumas emendas de ordem pessoal no Orçamento que ora vige no nosso estado.

Houve um acordo sinalizado pelo governo Colombo para que não fossem apresentadas emendas, a fim de agilizar a votação e dar celeridade às obras. A base governista tanto acordou não apresentando nenhuma, como também impediu as emendas apresentadas pela oposição."

Mas dizem esses parlamentares ao colunista: Mas como? Ou seja, alguém apresentou emendas! Alguém apresentou emendas! Como surgiram emendas, se havia um acordo selado entre a base e o governo? Como se explicar para a oposição que teve seus pleitos todos derrotados? O clima não é dos mais amistosos, diz o colunista Paulo Alceu.

Mas é bom que o eminente deputado Silvio Dreveck esteja neste instante no plenário.

V.Exa. foi líder da bancada do PP em 2012, e vou invocar somente o testemunho de v.exa. E se estiver errado, se estiver enganado em algum momento da minha fala, quero que use o microfone de apartes para me corrigir.

É verdade, fui relator do Orçamento do estado do ano passado e acordei com meus pares da comissão de Finanças que todas as emendas, sem exceção, seriam encaminhadas à secretaria da Fazenda, para que os técnicos daquele órgão as examinassem. Se fossem convenientes, seriam incluídas no Orçamento e mandadas do Poder Executivo para o Poder Legislativo.

Fizemos todos os cronogramas de tramitação do PPA, da LDO e também da Lei Orçamentária Anual. É verdade que a parte final do cronograma da LOA e do PPA foi um pouco postergada, não porque esta Casa não quisesse votar o Orçamento ou o PPA, mas em razão da demora de os técnicos da secretaria da

Fazenda que, usando de suas intransigências, não quiseram examinar as emendas dos deputados estaduais. E como os líderes que fazem parte da bancada que dá sustentação ao governo do estado acordaram que não deveria ser acatada qualquer emenda individual de deputado, qualquer emenda coletiva de bancada, e como sou obediente à decisão de líderes, cumpro religiosamente.

Encaminhei a v.exas., hoje, o relatório que fiz sobre as emendas. Também deixei com v.exas. cópia de todo relatório apresentado na comissão de Finanças e aprovado por unanimidade. E quero aqui de pronto dizer, deputado Silvio Dreveck, que se algum deputado encontrar alguma emenda individual do deputado Marcos Vieira, eu renuncio ao mandato!

De todas as emendas apresentadas, duas emendas ao texto foram aprovadas, porque diziam respeito à correção do texto; 180 emendas parlamentares foram, todas, rejeitadas; 89 emendas parlamentares apresentadas individual ou coletivamente foram, todas, rejeitadas.

Ora, é muito deferente, sras. deputadas e srs. deputados, emenda individual parlamentar, emenda coletiva de bancada e emenda do relator. E aí quero entrar na fase final da minha fala, deputado Silvio Dreveck, invocando mais uma vez o testemunho de v.exa.

Convencionou-se que todas as ações aprovadas nas audiências do Orçamento Regionalizado deveriam estar inseridas no Orçamento de 2013 e seriam todas encaminhadas por ofício para que a diretoria do Orçamento da secretaria da Fazenda as examinasse e incluísse no projeto de lei, ou seja, vindo do Executivo para o Legislativo. E acordou-se também que, caso o Poder Executivo não as incluísse, este relator faria a emenda de relatoria, e não emenda individual, e os vetos aos quais me refiro dizem respeito, exatamente, às ações aprovadas no Orçamento Regionalizado, como, por exemplo:

- Construção, reforma e ampliação do Centro de Referência da Assistência Social, SDR da Grande Florianópolis;

- Apoio ao Sistema Viário Rural, SDR de São Miguel d'Oeste;
- Construção de unidade prisional avançada, SDR de Mafra;
- Reabilitação da SC-280, ligando Canoinhas a Porto União, BR-153;
- Reabilitação da SC-477, trecho de Canoinhas a Major Vieira, BR-116;
- Reabilitação da SC-472, trecho Itapiranga a Iporã do Oeste;
- Reabilitação e aumento da capacidade da SC-486, SDR de Brusque;
- Revitalização da SC-469, SDR de Maravilha;
- Sub-ação que deduz recursos no valor de R\$ 300.000,00 para a sub-ação, prioridade audiência pública, SDR da Grande Florianópolis;
- Pavimentação entre a SC- 411 e SC-470, trecho bairro Macuco, valor de R\$ 500.000,00;
- Apoio Sistema Viário Rural, SDR de São Miguel d'Oeste;
- Construção da sub-estação de energia elétrica, SDR de Maravilha;
- Construção do Centro de Oncologia e Pediatria do Hospital Infantil de Santa Catarina, prioridade aprovada em audiência pública, SDR de Criciúma, de Joinville, de Quilombo;
- Udesc para Joaçaba.

Todas essas são ações que o governo do estado vetou e que dizem respeito a itens acordados em audiências públicas que v.exas. aprovaram em plenário, que, se o Poder Executivo não as mandassem a esta Casa, este relator teria a competência de incluir no relatório final. E foi o que fiz! Todas foram incluídas.

Volto a dizer que renuncio ao mandato, se algum deputado encontrar no relatório que apresentei e que aprovei qualquer emenda individual do deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Obrigado, deputado Marcos Vieira. Gostaria apenas de registrar que esse acordo ao qual v.exa. se refere

é verdadeiro. Acordamos na comissão que todas as emendas, todas as prioridades, inclusive com o aval do governo, até porque o número de emendas eram tantas que teriam que ter mais um Orçamento para torná-las viáveis, seriam incluídas nas audiências públicas regionalizadas.

Ora, se o governo vetou, não foi por iniciativa de qualquer parlamentar desta Casa que não quisesse incluir no Orçamento alguma emenda!

Portanto, concordo com as suas palavras e confirmo que não vi v.exa. fazer emenda de sua autoria individual, apenas como relator, aquelas anteriormente acordadas.

Portanto, qualquer manifestação de qualquer parlamentar estará em desacordo com aquilo que foi acordado na comissão de Finanças e Tributação.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, para finalizar, resumindo, todas as emendas apresentadas de ordem individual, ou coletiva, por bancada, foram rejeitadas. Só foram aprovadas as emendas que diziam respeito às audiências do Orçamento Regionalizado que v.exas. aprovaram lá nas audiências, na comissão e em plenário, mas que, infelizmente, o Poder Executivo vetou. E cabe a este Plenário manter o veto ou derrubá-lo. E se cada um dos srs. deputados tiver interesse na manutenção das ações, que derrube o veto na próxima terça-feira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edison Andrino, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, sras. deputadas, nesta semana o assunto da cidade, do estado e dos jornais foi a saúde pública em Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"Defasagem Histórica

Hospitais de SC pedem reajuste da tabela do SUS."

O editorial do jornalista e colunista Moacir Pereira tem a seguinte manchete: "O novo protesto dos hospitais".

Na segunda-feira, deputada Ana Paula Lima, quase todos os hospitais de cunho religioso, comunitário e privado deixaram de atender a uma série de pacientes, atendendo somente em algumas circunstâncias, para protestar principalmente contra a tabela do SUS.

Nós, deputada, demos entrada na Casa a um requerimento, a ser enviado a presidente Dilma Rousseff e ao ministro Alexandre Padilha, pedindo que se sensibilizem com esse quadro nacional, porque não é um problema somente de Santa Catarina, e reajustem a tabela do SUS urgentemente.

Não é possível! Faz 17 anos, deputado Romildo Titon, que não se reajusta a tabela do SUS no Brasil. E o mais grave é que o governo federal, este mês agora, reajustou os medicamentos em 7%. E a maioria dos medicamentos neste país é produzida pelas grandes multinacionais do sistema farmacêutico industrial.

Então, é um absurdo que o governo federal se preocupe com a indústria farmacêutica no Brasil e não se preocupe com o Hospital de Angelina; com o Hospital de Canelinha; com o Hospital Divino Espírito Santo, de Fraiburgo, que está desativado há dois meses; com o Hospital São José, de Tijucas; e com a Maternidade Chiquinha Gallotti, de Tijucas.

Ontem, inclusive, tivemos a oportunidade de conversar com a irmã diretora do Hospital de Tijucas no gabinete do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Joares Ponticelli, ocasião em que o deputado buscou uma alternativa. Quem sabe esta Casa poderia criar um Refis com tempo limitado especificamente para socorrer os nossos hospitais.

Srs. deputados, eu tenho aqui uma tabela, e que foi publicada por toda a imprensa de Santa Catarina, dos procedimentos hospitalares, dos

valores reais e do que paga o governo federal através da tabela do SUS. Não é possível!

Antes de ler os valores desses procedimentos, quero dizer que o editorial do jornalista Moacir Pereira trouxe os grandes prédios da capital: o prédio do Ministério Público, o marmitão do Tribunal de Justiça. Quando fui prefeito, deputado Aldo Schneider, embarguei esse marmitão. Aprovaram na prefeitura um prédio de 12 andares e fizeram de 15 andares.

A prefeitura deu dois embargos. Mandeí embargar. Entrei com uma ação demolitória. Eu não queria demolir aquilo que eles fizeram irregularmente e tentei fazer um acordo mandando uma lei à Câmara Municipal de que o valor do que eles construíram a mais eles pagavam de multa que seriam revertidas às obras sociais da cidade.

Fui procurado pelo presidente do Tribunal à época, que me disse que não poderia pagar a multa, senão, teríamos que responsabilizar o presidente que permitiu esse negócio. E não regularizei, e o prefeito que me sucedeu acabou regularizando.

Aí você olha a suntuosidade do Tribunal de Contas, a suntuosidade do Tribunal de Justiça, do prédio do Ministério Público, comprado recentemente, e olha os nossos hospitais.

Então, também acho que temos que começar a discutir o percentual dos recursos do estado que vão para esses órgãos.

Sabemos das dificuldades por que passa o Executivo para arrecadar. E os prédios do Executivo, aqui, no estado, na capital do estado, não têm suntuosidade. O próprio palácio do governo funciona hoje num prédio que foi cedido pelo BESC. Até não é acanhado, mas é uma estrutura razoável.

As delegacias são uma vergonha, as escolas estão caindo. E quem não tem a responsabilidade de arrecadar, mas só a responsabilidade de gastar, é um absurdo. E quando chegar o fim do ano devolva dinheiro, dê três, quatro salários a mais para os funcionários, isso e aquilo. Está sobrando dinheiro para esses órgãos.

Hoje eu estava lendo que está sendo questionado no Conselho Nacional de Justiça o

pagamento do auxílio moradia que estava atrasado para o Judiciário. Alguma coisa tem que ser feita. Não é possível.

E também aqui quero fazer uma crítica ao governo federal. Como é que se reajustam os medicamentos e não se reajusta o que os médicos, os hospitais ganham para atender à população pobre do estado de Santa Catarina e do Brasil?

Então, sr. presidente e srs. deputados, eu vou me permitir ler quanto é o custo do valor real e quanto é que o SUS paga por alguns procedimentos hospitalares.

(Passa a ler.)

"Para tratamento de pneumonia ou gripe o valor do SUS são R\$ 504. Custo real R\$ 1.800, e o SUS paga 27%;

Para tratamento de insuficiência cardíaca, o valor do SUS são R\$ 659, e o custo real dos hospitais é de R\$ 1.237. O governo federal só paga 53%;

Para tratamento de transtorno de vias biliares e pancreas o valor é de R\$ 228, e o valor real é de R\$ 1.300. O governo federal só paga 27%." Isso sem falar aqui na consulta dos médicos que é uma vergonha isso.

Então, acho, sr. presidente, que primeiro o governo federal tem que se sensibilizar com esse quadro, porque no Brasil por incrível que pareça todos têm telefone celular. A tecnologia, o sentido da comunicação no Brasil é igual a de qualquer país desenvolvido no mundo. V.Exa., encontra o cidadão que recolhe lixo lá na esquina com celular. Mas se ele ficar doente, coitadinho, está morto, porque ele tem o celular mais moderno que permite a comunicação hoje, mas aquilo que essencial à vida de um cidadão, a saúde, a educação, ele não tem à altura do sistema de comunicação neste país.

Então, sr. presidente, acho que primeiro vamos aprovar esse requerimento à presidente Dilma Rousseff, porque estado tem responsabilidade e culpa também, assim como as prefeituras também. Eu acho que o grande responsável pela questão da falência da saúde no Brasil chama-se governo

federal. E não podemos dizer que o governo federal não seja responsável por esse quadro.

Tenho conversado com muitos médicos. E também é um problema o corporativismo dos médicos, dos médicos que batem ponto e não trabalham, que falsificam dedo de plástico para bater ponto e que não aparecem nos hospitais.

Eu fui prefeito desta cidade, tive problema com os médicos que não apareciam. Também é um problema sério o corporativismo do segmento. Agora, às vezes, eu digo: o estado faz que paga, o governo faz que paga e eles fazem que trabalham. É assim que acontece.

Então, acho que precisamos fazer uma alteração profunda no sistema de saúde do nosso país. E isso começa, deputada Ana Paula Lima, primeiro que o governo no mínimo tenha um pouquinho de vergonha e não reajuste somente os recursos que vão para o setor farmacêutico das multinacionais deste país.

Como é que o governo aumenta? O governo não conseguiu ficar sensível às reclamações, à choradeira, com razão, dos hospitais, das irmandades religiosas, dos hospitais privados, e ficou sensível à reclamação das multinacionais produtoras de remédio neste país, aumentando em 7%. Faz uma semana isso.

Então, espero que possamos aqui dar a nossa contribuição para a saúde. E com respeito à questão das ambulâncias, o problema das ambulâncias é o problema dos hospitais também filantrópicos, comunitários, que não têm condições de atender. E o problema das ambulâncias não é o problema de Santa Catarina, é o problema do Paraná, do Rio Grande do Sul, mesmo porque é na capital que estão os grandes equipamentos médicos, os grandes centros médicos que as pessoas naturalmente já procuram.

Agora, se esses hospitais, que são centenas em Santa Catarina, deputado Sargento Amauri Soares, tivessem condições de atender, provavelmente não teríamos tanta ambulância, também, na capital dos catarinenses.

A Sra. deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Por uma parte concordo com v.exa., deputado Edison Andrino. E hoje em Brasília tem um ato público da Saúde+10, inclusive o deputado Volnei Morastoni está lá pedindo realmente mais recursos para a área da saúde.

Sou da categoria, pois sou enfermeira, e defendo o Sistema Único de Saúde, mas o estado também tem que fazer a sua parte. O estado também está sendo omissos, o secretário da Saúde também está sendo omissos, e v.exa. há de concordar comigo.

Falo isso porque podemos fazer alguma coisa. Por exemplo, v.exa. fala dos palacetes do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, muito dinheiro, mas temos aí 36 secretarias de Desenvolvimento Regional, deputado Edison Andrino, e v.exa. há de concordar comigo que não funcionam.

É também é um recurso que o estado está dando para essas regionais, um verdadeiro cabide de empregos, e vários vereadores, prefeitos, vêm para a capital para resolver o problema, porque a regional não resolve.

Então, o estado também pode dar a contrapartida, diminuindo significativamente o número de secretarias de Desenvolvimento Regional, para não mais haver essa ambulancioterapia, através da qual as pessoas saem do interior e vêm para a capital.

Era isso que eu imaginava. Deveriam descentralizar os serviços de saúde, com a educação mais próxima das pessoas, mas descentralizaram cargos.

Então, quando v.exa. faz esse requerimento, que vou votar com v.exa., pois quero que venha mais verba para a saúde, mas o estado de Santa Catarina está sendo omissos nessa situação também.

Um hospital aqui de Florianópolis, o Joana de Gusmão, referência no atendimento, com bons profissionais para atender à criança e ao adolescente, referência no estado de Santa Catarina, tem goteira. É um absurdo isso!

Obras estão demorando; são anos para terminar esse hospital. E isso não é deste governo nem do outro governo, é de governo em governo que não se resolve o problema. Então, repassa recurso para alguma coisa e não repassa para outras que são prioridades.

Por isso, quero que v.exa. também faça coro comigo, porque as regionais têm que terminar. É um absurdo o que acontece no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Eu gostaria de aproveitar a fala do eminente deputado Edison Andrino para registrar que corroboro com todas as suas colocações, mas discordo veementemente da nossa colega deputada Ana Paula Lima, porque o problema não está nas secretarias regionais, elas não representam financeiramente tanto dinheiro que pudesse resolver o problema dos hospitais do Brasil.

Entendo que essa discussão é uma discussão muito mais ampla, que não passa meramente pelo fechamento, pela extinção desse ou daquele órgão, mas sim é uma discussão ampla, município, estado e união, para que busquemos efetivamente a remuneração devida aos profissionais e aos prestadores de serviço na área da saúde.

Era essa a contribuição que queria inserir no seu discurso.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nessa questão da ambulancioterapia, deputada Ana Paula Lima, eu soube que em Porto Alegre, onde o governo é do PT e não têm as secretarias regionais, é uma loucura o número de ambulâncias que chegam à capital, provavelmente porque os hospitais comunitários e filantrópicos também não atendem, porque o SUS não paga o valor correspondente.

É bem verdade que o problema da saúde não é somente do governo federal - o grande responsável é ele -, mas também dos governos municipais e dos

profissionais da saúde. E esse é um assunto que merece uma discussão mais profunda para tentarmos resolver essa questão, porque quem paga o pato são os pobres que precisam da saúde pública.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, saúdo todos os deputados e deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Digital.

Quero falar hoje aqui sobre dois assuntos, deputado Valmir Comin. E não poderia deixar de registrar o evento histórico, realizado no palácio do governador, na segunda-feira, deputado Ismael dos Santos, quando da vinda da BMW para o município de Araquari, região de Joinville, portanto, norte do estado de Santa Catarina.

A área construída da BMW, para termos uma ideia, deputado Silvio Dreveck, é de aproximadamente 500 mil metros quadrados, com pista para teste dos carros que estão sendo definidos, dos modelos que estão sendo construídos em Araquari, os quais irão atender a toda América Latina.

Essa fábrica é sem dúvida a maior conquista econômica da história do estado e terá, em seu primeiro ano, um faturamento de R\$ 2 bilhões. A vinda da BMW para Araquari, região de Joinville, da GM, significa um certificado de qualidade total em todos os aspectos tecnológico e social, porque essas montadoras fazem um estudo profundo, durante anos, das condições, dos índices de cada cidade, cada região, elas não se instalam em qualquer lugar. Portanto, desejamos que o norte de Santa Catarina, sr. presidente, que Joinville, que o estado, tenham um crescimento igual ao da China, mas com a qualidade da Alemanha.

Temos a possibilidade, não sei se já foi noticiado, de outra grande montadora, que está

fazendo estudos, se alojar no norte do estado. É claro que temos algumas características que atraem essas montadoras: somos um polo metalmeccânico, uma região voltada para o trabalho, o maior polo portuário do mundo, deputado Valmir Comin, com cinco portos e com a perspectiva de mais dois, na região norte de Santa Catarina, e também temos tecnologia de ponta. Enfim, o norte do estado tem conseguido atrair empresas, deputado Reno Caramori, do mundo inteiro. E a vinda da BMW, sem dúvida alguma, é uma conquista sem precedentes no estado de Santa Catarina. Aí temos que parabenizar o povo do norte, os prefeitos da nossa região, o prefeito de Araquari, o prefeito de Joinville, mas sobretudo o governador João Raimundo Colombo que com a sua equipe de técnicos vem trabalhando a vinda dessas empresas como a GM, a BMW, há muito tempo.

Assim, neste momento estamos colhendo os frutos desse trabalho, deputado Ismael dos Santos, organizado, pragmático, visionário do nosso governo e da nossa equipe. E as máquinas já começaram a roncar às margens da BR-101, na preparação do terreno para a instalação da BMW.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não, deputado Aldo Schneider.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Se v.exa. me permite, gostaria de enaltecer a sua fala com relação à instalação da BMW, e deixar registrado nos anais desta Casa exatamente o trabalho profícuo que o governo de Santa Catarina tem feito no quesito de atração de grandes empreendimentos para Santa Catarina.

Você que está nos assistindo neste momento saiba que essas coisas não acontecem por acaso, assim dizendo: "Ah, um dia lá na Alemanha alguém acordou e disse: vamos instalar uma fábrica da BMW lá em Santa Catarina." Não acontece dessa maneira, pois é fruto de muitos anos de trabalho, de muita luta e, acima de tudo, de termos bons vendedores no estado de Santa Catarina, fora do quadrante do nosso estado e do nosso país.

Então, quero aqui me solidarizar ao seu discurso, também enaltecer e cumprimentar o governo de Santa Catarina, na figura do governador Raimundo Colombo e do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, e dizer que com certeza estamos no caminho certo.

Quanto à vinda da BMW, é uma das grifes que veio se somar a este estado maravilhoso que é Santa Catarina. A BMW em nível de mundo é uma grife, e Santa Catarina também em nível de Brasil é uma grife.

Então, quero dizer a todos que estão nos ouvindo que o empenho e o trabalho do governo nesses últimos dois anos foram incansáveis para que isso efetivamente se concretizasse.

Obrigado, sr. deputado!

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não, deputado.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Darci de Matos, quero me solidarizar com a região de Joinville, com o norte do estado, só que não posso deixar de fazer aqui o registro quando da criação da Marcegaglia do Brasil, uma grande empresa que também está instalada na região de Joinville.

A Marcegaglia é uma empresa italiana, e quando Espiridião Amin era governador, estivemos lá na Itália avalizando a vinda da Marcegaglia, mas desde então estamos vendo que é só essa região que está recebendo esses grandes benefícios.

Todos os governos devem se preocupar com isso, pois precisamos interiorizar também um pouco daquilo que é possível. Sabemos das condições de aeroportos, portos, rodovias, em relação à preferência das empresas criarem as suas plantas na região do norte do estado, mas se pensarmos um pouquinho, veremos que é importante que possamos interiorizar Caçador, Porto União, Canoinhas, Xanxerê. Quanto a Chapecó, não vou colocar no rol, porque lá tem vida própria e é um município procurado também para receber plantas principalmente do agronegócio e congêneres.

Por isso, acho que é importante que os governos repensem também em proporcionar condições para que possamos levar algumas indústrias para o interior do nosso estado, para que lá permaneça a mão de obra, pois não adianta o pessoal sair do interior e vir para a Ilha, para o litoral. E isso acontece por quê? Porque tem oferta de trabalho.

Então, se interiorizarmos um pouco, também poderemos oferecer vagas de trabalho lá no interior do nosso estado, que é o que precisamos para segurar aquele pessoal no interior, para que não venha todo mundo para o litoral.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Desejo também fazer menção à participação do Parlamento catarinense nesse processo da vinda da BMW para Santa Catarina. Aprovamos o projeto que criou condições de benefícios exigidos pela empresa para que ela pudesse decidir a sua instalação no território catarinense.

Sr. presidente, também desejo fazer menção a respeito de um assunto levantado pelo deputado Antônio Aguiar, na semana passada e no dia de hoje, que diz respeito à malha ferroviária do Brasil e de Santa Catarina.

Sabemos que nos últimos anos inexplicavelmente a malha ferroviária do Brasil, nas últimas décadas, diminuiu. Temos uma extensão de malha ferroviária. Somos um país continental. Os Estados Unidos têm 14 vezes uma malha ferroviária mais extensa do que o Brasil. Portanto, os investimentos na malha ferroviária do Brasil praticamente inexisteram nos últimos anos, e o transporte ferroviário é de fundamental importância.

O deputado Antônio Aguiar e o deputado Sílvio Dreveck são do planalto, e às vezes atuam no planalto. Então, temos uma pequena divergência, deputado Ismael dos Santos, com os parlamentares de Blumenau, de Itajaí, o que é perfeitamente salutar, porque é na divergência que crescemos.

Defendemos a tese (parece que o deputado Antônio Aguiar está propondo a realização de uma audiência pública) de uma mobilização, quem sabe

do norte de Santa Catarina, do planalto, quem sabe com deputados do Paraná, para que possamos fazer a rodovia do frango saindo de Chapecó, Caçador, Joaçaba, Porto União, Mafra, Joinville e São Francisco do Sul. Por que isso? Por um motivo muito simples, o custo de um quilômetro de ferrovia é três vezes menor do que o custo de uma rodovia.

Portanto, com esse traçado que acabei de colocar vamos, deputado Sílvio Dreveck, ter a necessidade de construir somente 262 quilômetros, ou seja, de Chapecó a Porto União. Mas se fizermos o traçado por Blumenau, são 533 quilômetros.

Estaremos economizando R\$ 700 milhões. Vamos ser sinceros, não temos esses recursos para fazer esse traçado. Essa obra vai demorar décadas, se acontecer.

Portanto, poderemos economizar recursos encurtando o traçado e desenvolvendo uma região como já foi dito pelo deputado Reno Caramori, de carente, de IDHs baixos, que precisa desse impulso, dessa ferrovia. E digo mais, a minha assessoria me passou a informação de que o DNIT examina a possibilidade da expansão da ferroeste, que sai do Paraná em direção a Maracaju, Mato Grosso do Sul, passando por Cascavel, Iguaira, Curitiba, Paranaguá e entra com um braço até Chapecó. Se isso acontecer, vamos esquecer, porque não teremos a ferrovia do frango nem pelo litoral nem pelo vale e muito menos por Mafra, porque essa produção toda vai ser escoada pelo porto de Paranaguá.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Meu caro líder, raramente discordo de v.exa., mas hoje preciso discordar. Na verdade, concordo que os dois traçados são possíveis e necessários para Santa Catarina, para o desenvolvimento principalmente da região do planalto norte. Mas não podemos abrir mão da ferrovia do frango - Chapecó, Blumenau, Rio do Sul -, até porque são outras as bitolas. A velocidade do trem é outra.

Então esse é o de menor importância. E o governador já anunciou a parceria com o batalhão de ferrovia de Lages, com a presidente Dilma Rousseff. E acho que está bem garantido esse traçado também pelo litoral, Chapecó. Mas advogo com v.exa. a necessidade também do traçado pelo planalto norte, para valorizar aquela região.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado!

Agora, a perspectiva excepcional é a implantação da ferrovia litorânea. Numa extensão de 500km, essa ferrovia sem dúvida alguma deverá sair do papel rapidamente e vai desenvolver significativamente o litoral e o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados assistentes que acompanham esta sessão, quero aproveitar, porque está acontecendo, inclusive nesta semana, um encontro da Undime - União Nacional dos Dirigentes da Educação -, em Florianópolis, para me referir a uma regulamentação que saiu no último dia 4 de abril, Lei n. 12.796/2013, que alterou a Lei n. 9.394/1996, de diretrizes e bases da educação nacional, e regulamentou uma emenda constitucional.

(Passa a ler.)

"Até 2016 todas as crianças deverão ser matriculadas na educação básica aos quatro anos de idade. Para atender a essa obrigatoriedade de pais e responsáveis, as redes municipais e estaduais deverão se adequar, dentro do mesmo prazo, para acolher alunos de quatro a 17 anos. O fornecimento de transporte, alimentação e material didático

também será estendido a todas as etapas da educação básica.

Essas mudanças são contempladas pela Lei 12.796, publicada no Diário Oficial da União da última sexta-feira. Essa lei ajusta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional à emenda constitucional 59, de 11 de novembro de 2009, que tornou obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos quatros anos.

A nova lei também estabelece que a educação infantil, que contemplará crianças de quatro e cinco anos na pré-escola, será organizada com carga horária mínima anual de 800 horas, distribuída por no mínimo 200 dias letivos. O atendimento à criança deve ser, no mínimo, de quatro horas diárias para o turno parcial e de sete para a jornada integral. Isso já valia para o ensino fundamental e o ensino médio.

As alterações nos artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também englobam educação especial. De acordo com a Lei 12.796, entende-se por educação especial a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

O texto da lei também garante que 'o poder público adotará como alternativa preferencial a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública'.

Houve também a inclusão no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de consideração com a diversidade étnico-racial entre as bases do ensino.

Para que todas as crianças estejam matriculadas e devidamente inseridas nesta nova lei é preciso de mais escolas e creches. O governo federal criou o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), por considerar que a construção de

creches e escolas de educação infantil, bem como a aquisição de equipamentos para a rede física escolar desse nível educacional, são indispensáveis à melhoria da qualidade da educação.

As escolas construídas ou reformadas no âmbito do programa deverão priorizar a acessibilidade, fazendo as adequações necessárias a fim de permitir seu uso por portadores de necessidades especiais, criando e sinalizando rotas acessíveis, ligando os ambientes de uso pedagógico, administrativo, recreativo, esportivo e de alimentação (salas de aula, fraldários, bibliotecas, salas de leitura, salas de informática, sanitários, recreio coberto, refeitório, secretaria, etc.)

A partir de 2011, o ProInfância passou a integrar a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, com a previsão de construção de mais de seis mil unidades escolares para a educação infantil (creches e pré-escolas para crianças de até cinco anos) em todo o Brasil.

Até outubro de 2012, foram selecionadas 3.019 unidades, beneficiando 1.600 municípios das 27 unidades da federação, o que representa investimentos da ordem de R\$ 3,4 bilhões. Até o momento existem 1.195 unidades concluídas ou em fase de conclusão. Para o exercício 2013, está previsto investimento em mais 1,5 mil creches/escolas de educação infantil.

Aqui, em Santa Catarina entre os anos de 2007 e 2010, 157 Centros de Educação Infantil já foram construídos e entregues. E entre 2011 e 2014 estão previstos 107 centros de educação. E destes, 103 estão aprovados.

O investimento do governo federal, em Santa Catarina, para construção das unidades educacionais é de 105 milhões e 750 mil."

No último sábado, tive a oportunidade de participar, em São Domingos, da inauguração de uma dessas creches, deputada Ana Paula Lima, financiadas pelo governo federal, através desses recursos a que me referi e que o governo municipal de São Domingos colocou, entregou, à comunidade,

através dessa parceria, e que diversos municípios, como eu disse, aqui, acessaram ou poderão acessar, demonstrando o interesse que se tem para atendimento nessa área.

Essa lei veio, agora, trazer novos parâmetros e regulamentar a Emenda Constitucional n. 0059, uma lei importante. Se queremos de fato transformar este país, temos que pensar na educação como um todo. E por isso ganha importância mais ainda essa discussão que tem sido travada em nível nacional e defendida pela presidente Dilma Rousseff, embora voz solitária quando se refere a governadores, que é aplicação de recursos do pré-sal, dos royalties do pré-sal, na educação.

Se queremos de fato um Brasil transformador, que pense no presente e no futuro, um legado que se deixe para a sociedade, é investir firmemente em educação. E nada melhor do que destinar os recursos oriundos do pré-sal para fortalecermos a educação brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Gostaria de fazer o registro da presença dos acadêmicos da sétima fase do curso de administração do Centro Universitário Barriga-Verde, Unibave, de Orleans.

Boas-vindas a todos os acadêmicos!

Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, o assunto é o do momento, ouvimos há poucos momentos a manifestação do deputado Edison Andrino, ao qual me solidarizei com sua manifestação no que diz respeito à saúde. E se voltarmos um pouco atrás, deputado Edison Andrino, v.exa. que foi prefeito e deputado federal, a partir de 88 a nossa própria Constituição estabelece que a saúde é um direito de todos e dever do estado. No entanto, essa abrangência nos

levou a algumas dificuldades no que diz respeito a dar um atendimento de 100% a toda população brasileira.

Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, defendo a tese que, enquanto você não tem dinheiro para todos, oportunize àqueles que tem menos, ou seja, nenhum país no planeta tem uma legislação igual à nossa, que dá esse direito a todos.

É muito bonito, do ponto de vista socialmente igualitário a todos, mas vamos ser sinceros, tem um percentual da população que tem recursos, poder aquisitivo e que poderia estar utilizando o seu plano de saúde privado, que poderia estar utilizando os seus recursos próprios, mas, na medida em que, a lei permite se utiliza do sistema público.

Digo isso, porque fui secretário da Saúde e passei por isso. E não se tem como negar. Esse é um ponto. Uso um exemplo de quando na minha cidade fui prefeito e construímos 13 creches, em oito anos, e mesmo assim não atendia à demanda. E qual foi o critério? Primeiro aquele que ganha um, dois, três, quatro, cinco salários mínimos, até poder atender todos.

O Sistema Único da Saúde é um sistema do ponto de vista de atendimento socialista, bom, mas ao mesmo tempo o gerenciamento financeiro, ou seja, o que diz respeito ao que se estabelece de critérios para pagamentos não é o mais justo. Paga bem os exames de alta complexidade, as cirurgias de alta complexidade, como é o caso das cirurgias cardíacas e outras, mas o que precisamos no dia a dia, que é o que a população mais usa, a consulta, o medicamento, o exame de baixa e média complexidade, o internamento, as cirurgias, lamentavelmente, e aqui não estou fazendo crítica a este ou aquele, a verdade é que desde 96 os valores não foram reajustados, e v.exa. colocou isso com muita propriedade.

Ora, não tem município que vá sustentar, por mais que se esforce, os hospitais, como os estados também não vão, porque se fosse apenas o estado de Santa Catarina, poderíamos dizer de que o estado

de fato deixa de cumprir com o seu compromisso na saúde. Isso não quer dizer que está fazendo tudo que deve. Pode melhorar, pode. Pode reduzir custos, despesas em determinados serviços e órgãos, pode, como v.exa. aqui colocou com muita propriedade. Mas não dá para esquecer que o problema no Brasil é muito sério, e que se o governo federal não reajustar as tabelas, o pagamento dos serviços médicos, o pagamento dos serviços de consultas, o pagamento de exames, internações, cirurgias, enfim, os nossos hospitais não vão sobreviver, deputado Edison Andrino.

Por isso, esse movimento que estão fazendo no Brasil e aqui em Santa Catarina, conduzido pela Frente Parlamentar da Saúde, por vários deputados, inclusive da nossa bancada, deputado José Milton Scheffer, é uma questão de prioridade.

Se queremos dar prioridade para a saúde, à população brasileira, é o que o nosso colega deputado Edison Andrino pronunciou no dia de hoje, e faço das suas palavras as minhas palavras, no que diz respeito ao financiamento público da saúde. E em especial o governo federal terá que priorizar o ajustamento das tabelas para que os hospitais possam ter a condição, deputado Antônio Aguiar, não de ganhar dinheiro, mas de acabar com o déficit financeiro, porque em todos os hospitais há déficit financeiro, seja hospital filantrópico, comunitário, privado e assim por diante. E é exatamente nessa linha no discurso e na fala do deputado Edison Andrino que nós devemos apoiar e cobrar do governo federal esse ajustamento das tabelas para poder fazer frente a esse problema que é gravíssimo e que cada dia vem mais assolando o nosso país, o nosso estado.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, sr. presidente.

Por coincidência, no uso da tribuna no dia de hoje, vou tratar da Defensoria Pública aqui no estado de Santa Catarina. E já aproveito para cumprimentar os colegas de profissão que estão hoje aqui na Assembleia Legislativa, do Curso de Administração. Aliás, sejam todos muito bem-vindos.

Trago esse tema em função da posse que tivemos de 45 Defensores Públicos aqui no estado de Santa Catarina. A nossa Defensoria foi criada depois de uma longa trajetória, de uma longa discussão com o governo do estado, que em todas às vezes insistiu em manter uma postura flagrantemente anticonstitucional. Tão anticonstitucional que assim o disse o Supremo Tribunal Federal, com palavras muito duras.

O governo do estado ouviu não só os que ficam à frente do governo, mas os que nas últimas décadas têm sido mentor inclusive dessa discussão de que a Defensoria Dativa era menos ou mais onerosa, menos ou mais eficaz.

Ora, não estamos tratando sobre um aspecto que não seja a da constitucionalidade. A constitucionalidade que se prevê para essa função de Defensoria Pública é nesse formato que o Brasil inteiro adotou. E só Santa Catarina que não, andando na contramão. O joãozinho do passo certo. Era o único estado que entendia que podia passar para uma entidade privada, e é bom lembrar que a OAB é de direito privado, essa função. É claro que os defensores dativos, e conheço muito deles, muitos deles têm um papel histórico, inclusive muito relevante, porque o estado de Santa Catarina se omitiu.

O direito ao acesso ao Judiciário é direito instrumental a todos os outros. Se não temos o acesso garantido como assim diz a Constituição de poder no Judiciário reivindicar o que é legítimo, o que é consagrado na legislação do país, não temos condições de não ter nenhum outro direito. Portanto, o direito à Defensoria Pública e daí decorre o direito ao acesso ao Judiciário é

daqueles direitos inscritos nos direitos que dão porta aberta para todos os outros direitos.

O movimento de mulheres é especial, e muitas vezes estivemos juntas, assim como a deputada Ana Paula Lima que integra a luta das mulheres, a bancada feminina toda desta Casa, discutindo em torno da necessidade da Defensoria Pública, no sentido de que atenda à sua vocação, para que de fato possa permitir o acesso ao Poder Judiciário.

Eu me lembro de que na Lei Maria da Penha, uma lei fundamental de combate à violência às mulheres, são sete artigos que pressupõem a existência de uma Defensoria Pública, e já tem em alguns estados, deputada Ana Paula Lima, que será a nossa próxima demanda com o governador. Algumas Defensorias Públicas especializadas no combate à violência contra as mulheres é uma demanda que também temos que levar adiante.

Ocorre que só demos posse a 45 Defensores Públicos dos 60 aprovados em concurso, e tenho a convicção de que os que lutam para que tenhamos efetivamente uma Defensoria Pública em Santa Catarina, a nossa próxima demanda é termos no mínimo a convocação de todos os 60 aprovados em concurso público. Nós precisamos de uma Defensoria Pública de fato não de uma Defensoria Pública que faça de conta que existe para cumprir uma determinação do Supremo Tribunal Federal.

É só vermos a destinação orçamentária que aprovamos nesta Casa, sob o jugo do peso do governo do estado, a diferença que vai a orçamento para a Defensoria Pública efetivamente como determina a Constituição, e o Supremo Tribunal de Justiça mandou cumprir, e a Defensoria Pública Dativa.

Temos que saudar o trabalho já feito, mas superando esse formato que não é um formato que a Constituição permite, é bom lembrar sempre disso. Nós todos nesta Casa mais do que qualquer outro parâmetro estamos submetidos ao império da lei. Portanto, não podemos ter de versar sobre esse assunto a respeito de invocar a tradição, invocar a eficácia ou qualquer outro parâmetro que não seja a constitucionalidade.

Nós temos que comemorar obviamente os 45 Defensores Públicos que tomaram posse. Nós, deputada Ana Paula Lima e deputada Luciane Carminatti, que preside a nossa bancada feminina, acho que seria muito importante que visitássemos junto com o movimento de mulheres a Defensoria Pública em Santa Catarina, para de fato dar a tônica do que pensam as mulheres que foram protagonistas nessa grande conquista do povo catarinense, que foi a Defensoria Pública, assim como a Uniesc, particularmente o curso de Direito, e também do Sinjusc, que foram importantes impulsionadores dessa vitória.

Que bom que 45 Defensores Públicos tomaram posse! Mas precisamos no mínimo e imediatamente da convocação dos 60 que passaram no concurso, e segundo a Associação Nacional dos Defensores Públicos, nós precisamos de 509 Defensores Públicos em Santa Catarina para dar conta da tarefa constitucional...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputada Angela Albino.

Antes de adentrar à Ordem do Dia, esta Presidência quer repetir o registro e agradecer a presença dos alunos da sétima fase do curso de Administração da nossa Unibave, de Orleans, universidade pela qual temos muito carinho. Também cumprimento o mais novo acadêmico que acaba de se integrar à turma, deputado José Nei Ascari, o que demonstra que como bom parlamentar atento às causas da nossa região do grande sul catarinense está também ligado e atento às questões que envolvem a nossa Unibave. Sejam bem-vindos e sintam-se à vontade na nossa Casa.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Só quero fazer o registro da presença do nosso querido amigo da cidade de Penha, prefeito Evandro Eredes, que nos está prestigiando hoje. E em nome da Assembleia Legislativa quero fazer uma saudação.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Prefeito Evandro Eredes, se é amigo do deputado Dado Cherem, é amigo da Casa inteira. Seja bem-vindo à sede do Parlamento catarinense, e o deputado Serafim Venzon lembra que é amigo dele também, mas capitaneado pelo deputado Dado Cherem.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0129/2012, de autoria do deputado Altair Guidi, que dispõe sobre a pesquisa e a utilização de plantas nativas da flora catarinense.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0192/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0193/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0194/2013, 0195/2013 e 0197/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0196/2013 e 0198/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, e 0199/2013, de autoria do deputado Edison Andrino.

Esta presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 0276/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, 0277/2013, 0278/2013, 0279/2013, 0280/2013, 0281/2013, 0282/2013 e 0283/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0284/2013, de autoria do deputado Jean

Kuhlmann; 0285/2013, 0291/2013, 0292/2013 e 0293/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0286/2013, 0287/2013, 0288/2013, 080/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0290/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0294/2013 e 0295/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Requerimento n. 0275/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que solicita o envio de mensagem ao presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina a cópia do relatório do pedido de auditoria formalizado sob o n. 12/00107397, através do Requerimento n. 0069/2012.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0020/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, de procedência do Ministério Público, manifestando à Câmara dos Deputados oposição à tramitação e aprovação da PEC n. 37.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada com os votos contrários dos deputados Kennedy Nunes e Maurício Eskudlark.

Pedido de Informação n. 0035/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, solicitando ao secretário da Segurança Pública e ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina informações sobre a destinação de equipamentos e veículos para as corporações de Bombeiro Militar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0036/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, solicitando ao secretário de estado da Agricultura e da Pesca informações sobre valores e critérios adotados para distribuição de equipamentos e recursos financeiros repassados aos municípios da região norte/nordeste abrangidos pela secretaria de estado de Desenvolvimento Regional de Joinville, nos anos de 2012 e 2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino,

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença, nesta Casa, do Sidnei Pavesi, do diretório do PCdoB de Brusque. Ele é um ativo participante naquele município da promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência. Então, eu queria, em nome da Casa, que v.exa. fizesse o registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputada Angela Albino.

Esta Presidência agradece a presença desse cidadão. Aliás, hoje a audiência pública promovida pelo deputado José Nei Ascari, pela comissão,

reuniu, deputada Angela Albino, diversos portadores de necessidades especiais, o que demonstra a responsabilidade com que esta Casa está abordando esse assunto. E ele veio exatamente para participar daquele importante momento que vivemos na manhã de hoje.

Seja, portanto, muito bem-vindo a esta Casa.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sr. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero detalhar vários temas e vou começar pela área da saúde. Mas quero falar sobre os problemas existentes em todos os hospitais de Santa Catarina e concordo com o encaminhamento dado aqui pelo presidente da comissão de Saúde, deputado Volnei Morastoni, que se encontra hoje em Brasília para participar do movimento Saúde +10, que realiza seu primeiro ato em defesa da saúde pública.

Sou enfermeira, funcionária da área da saúde e tenho certeza de que a defesa da saúde pública e do SUS é um tema que diz respeito a todos nós. E ontem mesmo em Brasília já havia manifestações dos profissionais da área da enfermagem que estão lutando desde 2000 pela aprovação de um projeto de lei que tramita também na câmara dos deputados, que é o projeto da regularização de 30 horas semanais para os profissionais da área da saúde da enfermagem.

Neste Parlamento já votamos essa matéria para os profissionais que são funcionários públicos estaduais; o meu município de Blumenau também regulamentou as 30 horas para os profissionais de enfermagem e agora estamos nessa luta em nível nacional. E ontem aconteceu mais um ato em Brasília para que a Câmara dos Deputados vote de uma vez por todas esse projeto.

(Passa a ler.)

"A iniciativa, que tem como objetivo reafirmar a necessidade de fortalecer o SUS público, universal e integral. Durante a realização do ato será também anunciada a primeira contagem oficial

de assinaturas alcançadas até o momento pelo projeto de emenda popular que assegura 10% do PIB para o orçamento da união na saúde.

Criado há um ano, o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública tem como objetivo coletar 1 milhão e quinhentas mil assinaturas em prol de um projeto de lei de iniciativa popular que assegure o repasse efetivo e integral de 10% das receitas correntes brutas da união para a saúde pública brasileira, alterando, dessa forma, a Lei Complementar n. 141, de 13 de janeiro de 2012.

O deputado estadual do PT e presidente da comissão de Saúde, deputado Volnei Morastoni, representa a bancada em Brasília. Nosso mandato também está nessa luta e acreditamos na necessidade de mais recursos para a saúde pública brasileira. Mais recursos, com mais controle social e menos desperdício. Os recursos na saúde precisam ser mais bem investidos, precisamos de planejamento e acima de tudo compromisso dos governos com a saúde e com o Sistema Único de Saúde. É o que não vemos em Santa Catarina.

O que vemos em Santa Catarina é um governo que não tem compromisso com o SUS, que tem projeto de privatização e que para privatizar sucateia hospitais, deixa de contratar servidores, fecha serviços e abandona a população à própria sorte."

É isso que tem acontecido em nível de governo do estado de Santa Catarina.

(Continua lendo.)

"É o que observamos nos hospitais públicos: caos no hospital Celso Ramos, o Hospital Florianópolis ficou fechado há três anos e o Hospital Infantil Joana de Gusmão fechando as portas e deixando a nossa infância desamparada.

Acompanhei a denúncia do sindicato dos médicos aos organismos de direitos humanos internacionais sobre o abandono da saúde pública catarinense.

Estamos acompanhando as ações do Ministério Público Estadual que determinam em 30 dias os prazos para o governo do estado a resolver os principais problemas do Hospital Joana de Gusmão obrigando o estado de Santa Catarina a contratar funcionários, reabrir as salas de cirurgia, que

foram inauguradas com muita festa, mas que não estão abertas para o atendimento à comunidade, e concluir as obras no setor da oncologia e reabrir leitos.

Nós queremos apenas que o governador Raimundo Colombo cumpra o que prometeu na campanha, quando dizia que a Saúde era a sua primeira, segunda e terceira prioridade.

É lógico que precisamos de mais recursos para a saúde pública, mas também precisamos verificar a gestão da saúde pública do estado. É lamentável a gestão desses recursos, mas é óbvio que em muitos casos, assistimos aos desmandos, à incompetência, o mau uso dos recursos públicos, os maus feitos e a mais absoluta ausência de compromisso com a saúde pública catarinense.

Por isso o movimento nacional, que fazemos parte, o Saúde+10, é um movimento em defesa da saúde pública brasileira.

É por isso que estamos pedindo, sim, para o governo federal mais recursos para a Saúde, mas vamos exigir do governo do estado de Santa Catarina: gestão, qualidade no atendimento e recursos destinados.

Ao contrário, inclusive, daqueles que governam Santa Catarina, que têm em seus programas de governo a privatização, a terceirização e entrega do patrimônio público às organizações privadas sociais. Nós somos contrários a esse tipo de programa, queremos, sim, a gestão pública dos nossos hospitais."

Por isso que atentamente ouvi o discurso do deputado Edison Andrino sobre a questão de precisar mais recursos do governo federal, e eu concordo, mas queremos que o governo federal nos ajude também, até porque o vice-presidente da República é do PMDB, ele tem que fazer coro conosco para cobrar determinadas ações aqui estado de Santa Catarina.

Por isso venho registrar, repetidamente, assim como vários outros parlamentares, que essas 36 secretarias de Desenvolvimento Regional não funcionam, apenas servem como cabide de emprego em muitos locais. Pode até ser que algumas delas

desempenhem o seu papel, mas a maioria não funciona, do contrário, srs. deputados, não havia parlamentares fazendo indicação e requerimento para secretário de estado que vive na capital, fariam para os secretário de Desenvolvimento Regional; e os prefeitos, os vice-prefeitos e vereadores não sairiam do interior do nosso estado para pedir audiências com os secretários de estado, resolveriam os problemas nas regionais e em todo o estado.

Então eu acho que antigamente havia parlamentares do partido do governador que vinham para esta tribuna dizer que as secretarias de Desenvolvimento Regionais eram palacetes, e hoje eles compõem este governo e não fecham essas regionais, que dão um gasto extraordinário quando, na verdade, esses recursos poderiam ser alocados na Segurança Pública, na Saúde e na Educação.

Por isso que vou insistir. Nós temos, sim, que cobrar ações do governo federal. Mas o governo do estado tem que fazer o seu dever de casa e rever esses conceitos sobre as secretarias de Desenvolvimento Regional. Esses recursos podem ser alocados em outros setores que tanto necessitam.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente.

Quero deixar aqui um convite também. Amanhã haverá, em Florianópolis, uma oficina redefinindo a paz, Mulheres pela Paz, conduzida por Clara Charf, que foi companheira de Carlos Marighella. Ela fará essa oficina na capital para as lideranças femininas, contra o tráfico de mulheres e a violência sexual de mulheres. Precisamos estar atentas a esses problemas que vêm acontecendo em nível nacional, mas principalmente temos que estar atentas em nível estadual.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de registrar a presença dos vereadores de Porto União: Alceu Jung, do DEM, e Osmar Alves Martins, do PMDB, que nos honram com a sua presença. Sintam-se bem em nossa Casa!

Quero que fique registrada nos anais da Casa a presença dos vereadores, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Agradecemos também a presença dos vereadores nominados pelo deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, não quis pedir um aparte a deputada para não interromper a sua fala, mas é importante e oportuno lembrar aqui que o valor que o SUS paga para o estado de Santa Catarina e para os demais estados brasileiros é uma pouca vergonha, para não dizer outro termo.

Agora, eu quero ver, deputada, na hora em que os hospitais filantrópicos deste estado, que são os que mantêm realmente a nossa saúde, aportarem em Brasília, e eu estarei junto, como estarei em Florianópolis, o que vai acontecer! Alguns hospitais filantrópicos estão fechando, como fechou o de Fraiburgo. O governo do estado faz a sua parte, só que o SUS paga uma miséria, e isso é vergonhoso. O Brasil tem que saber quanto é que o SUS paga por uma cirurgia e por um internamento! Isso não é possível! Não há hospital que aguente isso! Por isso é importante que se esclareçam as coisas.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, a questão das secretarias de Desenvolvimento Regional é um assunto recorrente quase que diariamente nesta Casa.

Eu gostaria de dizer com propriedade de quem exerceu durante sete anos essa função que a concepção, em 2002, pelo então candidato Luiz Henrique da Silveira foi aproximar as demandas da comunidade. Evidentemente que talvez tenhamos que fazer alguns reparos, só que está categoricamente registrado em Santa Catarina que a política da descentralização funcionou. Nós reelegemos um governador e elegemos outro governador. Quer dizer, o grande problema do estado não está nas secretarias de Desenvolvimento Regional. Ele pode estar em outras atividades e em outros segmentos.

Agora, vejam que os cargos que estavam aqui em Florianópolis são os que estão lá nas regiões. Se aqueles cargos não estivessem nomeados lá nas secretarias regionais estariam nomeados aqui em Florianópolis. Eu até entendo que tem que haver uma correção de rota, mas que elas cumprem, cumpriram e cumprirão o seu papel, eu não tenho dúvida nenhuma disso.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Não é o que acontece lá em Joinville, deputado Kennedy Nunes. É um problema e acho que tem que haver a correção, deputado Aldo Schneider. A ideia é descentralizar o serviço, deputado Kennedy Nunes, e v.exa. veio vários vezes a esta tribuna dizer que em Joinville não funciona.

Então, temos que estar atentos a essas situações. Eu acho que elas precisam resolver o problema do cidadão lá no interior, lá onde era para estarem, mas eles vêm resolver os problemas aqui na capital.

Mas quanto ao problema da saúde, deputado Reno Caramori - e não sei se v.exa. acompanhou o meu discurso -, quero dizer que o movimento Saúde+10, mais recursos para a saúde, é hoje. Nós estamos nesta luta e espero que v.exa. também esteja para

garantir mais recursos. Mas quanto à gestão dos recursos, nós temos que estar atentos.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu somente quero relatar que realmente a nossa saúde está virando politicagem aqui. O Partido dos Trabalhadores vem aqui e malha a saúde, mas não coloca dinheiro na saúde. Vêm aqui e desenterram até defunto. Mas queremos que o Partido dos Trabalhadores coloque dinheiro na saúde, deputada Ana Paula, não fazer politicagem com a saúde. Vão por dinheiro? E o dinheiro depende de quem? Depende do governo federal!

O SR. PRESIDENTE (Presidente Kennedy Nunes) - Muito bem! Vamos pedir aos deputados, porque isso não é uma questão de ordem. Todos são da base aliada da presidente Dilma Rousseff, então, por favor, deputados vamos amenizar o debate.

Deputada Ana Paula Lima, se não for sobre o assunto, até porque isso v.exa. sabe que deveria ser discutido na tribuna. É uma questão de ordem, não sendo do assunto.

A Sra. Deputada Angela albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, vim fazer em questão de ordem que se o parlamentar quer fazer discurso tem que se inscrever e ir à tribuna. Portanto, eu não posso permitir que um parlamentar cujo partido é vice-presidente da República fale da Presidência da República. Se não quer debater na tribuna, fazer em questão de ordem é que não pode, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Por isso eu falei que todos são da bancada governista, do governo da presidente Dilma

Rousseff, até o partido do deputado Maurício Eskudlark.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, um assunto que está em debate na nossa sociedade, deputado Antônio Aguiar, é a questão da PEC 37, no Congresso Nacional, a chamada como a PEC da Legalidade, ou seja, a PEC que faz com que se cumpra o que está previsto na Constituição e o que está previsto no nosso Código de Processo Penal.

Temos tido alguns debates. Inclusive, essa semana, o procurador geral dr. Lio Marcos Marin, por quem temos a maior admiração, o maior apreço, com o representante da Associação dos Delegados, dr. Diego, esteve nas emissoras de televisão. E hoje o assunto até foi levantado por uma indicação da deputada Luciane Carminatti.

A PEC 37, que trata sobre a investigação criminal, nada mais faz do que dizer que temos que cumprir o que está previsto na Constituição e no Código de Processo penal.

Então, tem se dito que a aprovação da PEC vai retirar o poder de investigação do Ministério Público, mas isso não é verdadeiro, porque o Ministério Público não tem poder de investigação. Poder de Investigação, segundo a Constituição Federal, é das Polícias Judiciárias, Polícia Federal e da Polícia Civil. E a esse respeito até a Adepol do Brasil, a Associação dos Delegados do Brasil, fez um pequeno roteiro, um pequeno manual, que fiz questão de distribuir aos colegas deputados para que a sociedade tenha conhecimento.

Na verdade, o Ministério Público tentou por duas oportunidades incluir no texto legal e constitucional brasileiro a função de investigação. E não foi aprovado! Agora, como diz o grande jurista Ives Gandra da Silva Martins, neste país o que é óbvio precisa ser explicado, agora, em uma PEC estabelecendo e dizendo aquilo

que já está dito de que a investigação é a atribuição da Polícia Judiciária.

Então, esse projeto está em tramitação no Congresso Nacional. É um projeto que não retira o poder de ninguém, não retira o poder de investigação do Ministério Público, porque não existe um poder de investigação prevista, já que o Ministério Público, pela nossa legislação, é o titular da ação penal, zela pelo cumprimento da lei e pode requisitar, pode acompanhar inquérito, fazer o controle externo da atividade policial, mas não pode fazer a investigação. Até porque a investigação conduzida pelas Polícias Civil e Federal cumpre o que a lei diz. A Polícia investiga fatos, não investiga pessoas. Investigar pessoas é dos regimes totalitários. Não faz uma investigação seletiva. Vamos investigar determinado fato, determinada pessoa, seja pela atividade, seja pela função.

Então, o que a lei e a PEC 37 querem reforçar? A Polícia investiga com isenção, como é feito, dentro do previsto na Constituição, dentro do previsto no Código de Processo Penal; o Ministério Público como titular da ação faz a denúncia, acompanha, acusa; o advogado faz a defesa; e o juiz julga.

Não é justo para a democracia, para os direitos e garantias individuais, que quem vai fazer a acusação também seja o titular da investigação. Aí a democracia, os direitos individuais, o nosso direito constitucional da ampla defesa fica prejudicado.

Então, a PEC 37 só procura colocar nos seus devidos lugares aquilo que a Constituição e a legislação já estabelece. A Constituição já estabelece que o Ministério Público é o fiscal da lei, como eu disse. A Constituição confere ao Ministério Público o poder de requisitar, a qualquer tempo, abertura de investigação; o Ministério Público pode receber investigação de outros órgãos, ou seja, CPI, sejam denúncias jornalísticas, se tiver dentro daquilo que recebeu o necessário para fazer a denúncia numa ação penal, vai fazer. Se não tem ainda os elementos

necessários, vai fazer o encaminhamento à Polícia Judiciária, ou seja, à Polícia Civil, ou à Polícia Federal, que vai fazer a investigação e retornar esses autos ao Poder Judiciário, que dá vista ao Ministério Público e também vista à defesa.

Então, com a aprovação da PEC 37 não ficam prejudicadas nem um tipo de investigação, nem um tipo de instituição, não ficam prejudicadas CPI, nada fica prejudicado em termos de apuração de irregularidade, de infrações penais.

A Constituição atribui ao Ministério Público o controle externo da atividade policial, e é importante que haja esse controle externo, todas as instituições tem que ter o acompanhamento, seja da sociedade diretamente ou pelos órgãos responsáveis; a Constituição, de forma expressa, dispõe a competência das Polícias civis e federal na apuração das infrações penais, mas não retira poder de ninguém, como já disse.

Quem tem poder de investigação fica reafirmado com essa PEC 37, o que já está previsto na Constituição. A PEC não impede, como eu disse, a criação de nenhuma CPI, de nenhuma investigação, e tudo fica apurado. Se há uma infração penal, isso vai ser encaminhado à Polícia Civil ou à Polícia Federal para instruir através de inquérito, ou diretamente ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.

A PEC não impede o trabalho integrado entre os órgãos de controle e fiscalização, o Ministério Público e as Polícias judiciárias, não prejudica em nada. A PEC não impede que o Ministério Público e o Poder Judiciário investiguem os seus próprios membros pela prática de qualquer infração; a PEC preserva a higidez do sistema de percepção criminal brasileiro, que se funda na separação de atribuições entre o órgão investigador, acusador, defensor e julgador.

Então, a PEC somente fortalece a democracia, e a PEC 37 efetivamente resguarda o nosso direito constitucional à ampla defesa.

Temos algumas investigações já realizadas pelo Ministério Público, e pela PEC ficam preservadas aquelas que devem estar dentro da legalidade, sem

nenhuma dificuldade. Ninguém deixará de ser punido em razão da aprovação da PEC 37. Então, esse é o manifesto da Adepol.

Diga-se de passagem, o Ministério Público procurou fazer reuniões com os deputados federais em cada estado. Agora, procura sensibilizar a opinião pública, dizendo que estariam perdendo poderes, o que não é verdadeiro. A PEC simplesmente reafirma o que está na Constituição, ou seja, que investigação é atribuição da Polícia Civil e da Polícia Federal.

Temos, sim, que fortalecer essas instituições, dar mais condições, dar mais direitos e prerrogativas aos policiais e delegados, para que possam, no exercício da sua atividade, ter todas as garantias constitucionais.

Então, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, público que nos assiste, é importante que isso fique esclarecido: a PEC 37 reafirma o que a Constituição e o Código de Processo Civil dizem e a forma de apuração das infrações penais no nosso sistema pátrio.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Maurício, faço minhas as suas palavras, pois concordo plenamente com o que v.exa. fala.

Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, do PSDB, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, hoje pela manhã esta Casa promoveu uma audiência pública para ouvir especialistas sobre deficiência física.

Ao presidente da comissão, o deputado José Nei Ascari, já tenho dito que essa é uma das principais desta Casa, por tratar do assunto tão importante de dar às pessoas com alguma deficiência oportunidades para buscarem os seus direitos e com isso terem uma qualidade de vida.

Seguramente, podemos afirmar que cada um de nós tem alguma dificuldade, mas que talvez sejam deficiências que estejam dentro de uma média e por isso não são percebidas. E lá pelos 14, 15 anos já aparece alguma deficiência que é percebida, como, por exemplo, a motora e a deficiência de raciocínio. Certas pessoas as possuem de tal maneira que são mais percebidas e por isso a levam ao constrangimento. Então, essa comissão quer a obrigação da sociedade e principalmente do governo de dar condições para que cada qual se sinta útil e possa aproveitar todos os seus direitos constitucionais.

O tema de hoje são justamente as escolas privadas que são, sem dúvida nenhuma, grandes colaboradoras do sistema público de educação do estado e, por isso, contribuem, e muito, com a educação de Santa Catarina. Mas precisamos destacar que cuidar das pessoas com alguma deficiência mais perceptível é de responsabilidade de toda a sociedade e também naturalmente das escolas.

A escola pública é a primeira, a mais importante como governo, mas as escolas particulares também são responsáveis, também precisam ter essa responsabilidade social, ao tempo em que resolvem, atendem àquela pessoa com alguma dificuldade, prestam, cumprem essa responsabilidade social e também aproveitam a situação para educar aqueles que estão em volta.

Ensinar, educar, formar pessoas não é apenas ensinar a ler, a escrever a entender Matemática, somar, multiplicar, conhecer Geografia, enfim, conhecer não só as coisas, mas também conhecer o mundo que está à nossa volta; seguramente essas pessoas são as mais importantes. E esse relacionamento entre as pessoas, juntamente com aquelas que têm alguma dificuldade, de forma mais carinhosa, mais bondosa, é muito importante.

Então, quando dizemos que a escola particular também precisa se responsabilizar pela educação, pelo respeito, pelo carinho especial com as pessoas que têm alguma deficiência, ela está, sim, cumprindo essas duas tarefas importantes que, além

de dar a oportunidade para aquele que tem a deficiência, também usa a situação para mostrar a todos os que se acham normais a importância desse relacionamento com essas pessoas.

Então, nessa audiência pública de hoje o foco era exatamente a educação feita pelas entidades, pelas escolas privadas, e para dizer que é uma oportunidade para se fazer uma reflexão sobre qual é a responsabilidade do governo. Certamente todos nós com responsabilidade social temos um compromisso com aquele que está à nossa volta. E naturalmente com uma pessoa que tenha alguma deficiência essa responsabilidade é maior.

Mas às vezes pensamos assim: como está sendo feita essa questão dos direitos das pessoas com alguma deficiência? As pessoas que possuem alguma deficiência podem, por exemplo, comprar um carro com IPI reduzido? Se bem que agora a grande maioria dos carros já tem o IPI reduzido, mas aqueles que têm alguma deficiência podem adquiri-lo com redução maior ou com redução também do ICMS e ainda comprar um carro com as adaptações para que ele possa manobrá-lo, considerando a sua deficiência? Pergunta-se: o que esse deficiente precisa fazer? O que essa pessoa precisa fazer para conseguir usar esse direito? Está escrito que a pessoa tem o direito de cadeira de rodas, que tem o direito à perna mecânica, que tem direito às órteses justamente para atender a essas necessidades das pessoas. Mas a pessoa que tem deficiência como tem acesso a isso? "Ah, tem que buscar um atestado médico, apresentar à receita estadual, à receita federal, carimbar e, após isso, comprar um carro especial ou buscar aquele equipamento que precisa." Mas onde adquirir? Em qual regional de Santa Catarina, dentre as 36 que temos?

Eu já apresentei nesta Casa, que também é uma proposta nossa na comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, justamente para que o estado tenha uma forma para dar o primeiro atendimento, para facilitar o acesso dessas pessoas a esses direitos.

A pessoa que tem alguma deficiência, de certa maneira, já tem um constrangimento pela sua deficiência, já tem naturalmente essa dificuldade de buscar esse direito. Se ainda colocadas inúmeros outros impedimentos, aí mesmo é que a pessoa acaba ficando à margem. Cada um de nós todos os dias vê ao nosso redor pessoas com deficiência, que precisa de apoio do governo e não tem. Mas o governo quer que eles tenham acesso. Como fazer, então, para que essas pessoas encontrem o caminho para buscar seus direitos?

Por isso, essa audiência pública, onde estavam aqui representantes da sociedade, do governo, do conselho estadual de defesa dos direitos com deficiência, para tentarmos encontrar o caminho que possa conduzir essas pessoas à busca dos seus direitos.

Por isso aqui quero cumprimentar, mais uma vez, o deputado José Nei Ascari e todos aqueles que vieram participar dessa audiência. Quero dizer que essa comissão é muito importante, pois as pessoas que têm alguma deficiência precisam insistir e buscar seus direitos. E seguramente esta Casa está, através de seus representantes, à disposição para apoiá-las.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Esse é um assunto muito interessante. Há tempos atrás fui procurado sobre esse assunto e tive uma reunião com a gerência do INSS que dá esse laudo e descobri, por exemplo, que existem pessoas que forjam algum tipo de deficiência para tentar conseguir esse desconto. Eu ouvi um caso inusitado, aqui em Santa Catarina, de um cidadão que alegou por um atestado médico que a impotência sexual dele era uma deficiência e ele queria o desconto na compra do carro. Impressionante, mas é um assunto sobre o qual as pessoas precisam saber quais são na verdade seus direitos e quem pode se beneficiar, porque não é qualquer tipo de deficiência.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã a hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

